



# Educação dos/as filhos/as: projeto de vida de uma mulher imigrante

*Education of sons and daughters: life project of an immigrant woman*

Recibido: 05/03/2022 | Revisado: 07/03/2022 | Aceptado: 20/05/2022 |  
Online first: 08/06/2022 Publicado: 30/06/2022



**Sofia Bergano**

Instituto Politécnico de Bragança, CEAD-UAlg (Portugal)

[sbergano@ipb.pt](mailto:sbergano@ipb.pt)

<https://orcid.org/0000-0002-9523-8884>



**Benilde Moreira**

Instituto Politécnico de Bragança (Portugal)

[benilde.moreira@ipb.pt](mailto:benilde.moreira@ipb.pt)

<https://orcid.org/0000-0001-6915-9974>



**Maria José Rodrigues**

Centro de Investigação em Educação (Portugal)

[mrodrigues@ipb.pt](mailto:mrodrigues@ipb.pt)

<https://orcid.org/0000-0003-1029-149X>



**Cristina Martins**

Centro de Investigação em Educação Básica (Portugal)

[mcesm@ipb.pt](mailto:mcesm@ipb.pt)

<https://orcid.org/0000-0002-2852-3765>

**Resumo:** A análise dos processos migratórios de mulheres tem aumentado nos últimos anos. As mudanças nos fluxos migratórios e o crescente interesse da comunidade científica na interpretação e compreensão destes fenómenos sob a lente de género, tem contribuído para dar visibilidade às vivências das mulheres migrantes e das suas famílias. E, simultaneamente, para identificar a necessidade de uma abordagem interseccional na leitura da situação destas mulheres. Este artigo apresenta o estudo de caso de uma mulher cabo-verdiana imigrante em Portugal e tem como objetivo compreender a aplicação das políticas públicas no âmbito do apoio à inclusão. A

**Abstract:** The analysis of women's migratory processes has increased in recent years. The changes in migratory flows and the growing interest of the scientific community in interpreting and understanding these phenomena from a gender perspective have contributed to give visibility to the experiences of migrant women and their families. And, simultaneously, to identify the need for an intersectional approach in reading interpreting the situation of these women. This article presents the case study of a Cape Verdean immigrant woman in Portugal and aims to understand the application of public policies in the field of inclusion support. Data collection

recolha de dados ocorreu no âmbito do Projeto VIW- Voices of Immigrant Women . Para alcançar este objetivo procurou-se fazer uma abordagem holística do seu percurso migratório. Na recolha de dados recorreu-se à entrevista semiestruturada, sendo as respostas sujeitas a análise de conteúdo. De acordo com o discurso desta mulher imigrante destaca-se como principal objetivo do seu projeto migratório garantir aos filhos oportunidades educativas para prosseguimento de estudos, o que, na sua opinião, lhe proporcionará uma vida melhor. Destacam-se dois resultados marcantes: o facto de ter tido sempre trabalho, ainda que durante a sua trajetória profissional tenha mudado de emprego; e o percurso escolar de sucesso dos seus sete filhos. Conclui-se que apesar de alguns constrangimentos encontrados ao longo do percurso, a superação e a resiliência caracterizam este caso como uma história de sucesso e de inclusão bem-sucedida.

took place within the scope of the VIW-Voices of Immigrant Women Project. To achieve this objective, we attempted to take a holistic approach to their migratory journey. For data collection, semi-structured interviews were used and the answers were subjected to content analysis. According to the speech of this immigrant woman, the main objective of her migratory project is to guarantee her children educational opportunities to continue their studies, which, in her opinion, will provide her with a better life. Two striking results stand out: the fact that she has always had a job, even though during her professional career she has changed jobs; and the successful school career of her seven children. We conclude that despite some constraints encountered along the way, overcoming and resilience are evidenced and characterise this case as a success story of successful inclusion.

**Palavras-Chave:** I mulheres imigrantes, inclusão, projeto imigratório, interseccionalidade, comunidade cabo-verdiana, estudo de caso.

**Keywords:** immigrant women, inclusion, immigration project, intersectionality, Cape Verdean community, case study.

## Introdução

Num mundo globalizado, cujas sociedades estão em constante mudança, só recentemente foi dada atenção às migrações das mulheres e, conseqüentemente, à sua inclusão social. No entanto, todo este processo é muito difícil e complexo o que intensifica a necessidade de conhecer estes fenómenos numa abordagem sensível ao género, como tem sido defendido por várias autoras (Neves, Nogueira, Topa e Silva, 2016; Neves, 2022). Muitas vezes o papel das mulheres imigrantes não é suficientemente valorizado, embora assumam funções muito relevantes, tanto na economia dos países de origem, como na economia dos países recetores. Como afirma Miranda (2009) o seu estatuto não é reconhecido “pelo facto de, frequentemente, as mulheres terem que exercer trabalhos precários, que não exigem qualificações, trabalhos invisíveis porque, tendo lugar no âmbito privado, são pouco valorizados e de baixo estatuto social” (p. 27). O trabalho doméstico não remunerado (que asseguram em contexto familiar), o trabalho doméstico remunerado a tempo parcial (e muitas vezes não declarado formalmente), assim como a participação na economia informal são exemplos dos contributos, tantas vezes invisíveis, destas mulheres para a economia familiar e para a economia das comunidades em que residem. Mas para a análise dos processos de inclusão de mulheres imigrantes é importante considerar outras esferas da vida para além do trabalho, entre eles a educação, o acesso à saúde, o acesso ao apoio social, a participação política e cívica, entre outros. E, nestes processos, a conceitualização da inclusão é importante, na

medida em que não deve ser vista como sinónimo de integração. É neste sentido que o novo Plano de Ação sobre a integração e a inclusão para 2021-2024, destaca que:

em todas as políticas e instrumentos relevantes em domínios fundamentais como a inclusão social, o emprego, a educação, a saúde, a igualdade, a cultura e o desporto, definindo a forma como a integração dos migrantes deve fazer parte dos esforços para alcançar os objetivos da UE em cada um destes domínios (Oliveira, 2020, p. 15)

Este Plano obedece a uma lógica de inclusão multidimensional, que envolve várias esferas da vida. A inclusão prevê uma abordagem que responda à diversidade das necessidades, através de medidas públicas que favoreçam práticas culturais e atividades comunitárias no sentido de promover o envolvimento de todos/as e reduzir a marginalização.

Subjacente ao conceito de integração encontra-se definido um conjunto, mais ou menos subtil, de comportamentos e atitudes que devem ser adotados pelo/a imigrante com vista à sua adaptação à sociedade de acolhimento. Nesta perspetiva, encontramos usualmente, a integração associada aos procedimentos burocráticos que a pessoa tem de mobilizar no processo do reconhecimento da sua regularização. Contudo, é ainda frequente verificar que esta visão se estende a outras exigências sociais que colocam, no recém-chegado o ónus de se ajustar à comunidade, negando, desta forma, um processo intercultural promotor de uma sociedade verdadeiramente inclusiva. O foco da integração não pode, portanto, centrar-se, apenas, na evolução de dados quantitativos. É necessário o compromisso de análise sobre o impacto que a alteração de políticas de integração provoca na vida quotidiana dos sujeitos (Huddleston, Niessen, Chaoimh, & White, 2011). Neste processo a politização das políticas de integração evidencia parâmetros de regulação semelhantes entre os países da comunidade europeia porque estes são decorrentes de regulamentação comunitária. Em certa medida pode revelar-se como vantajoso porque definem se definem critérios comuns que beneficiam os/as imigrantes. Porém, neste quadro pode verificar-se o perigo de se ignorarem realidades concretas dos fluxos migratórios de cada país, o que dificultará o processo de integração.

A inclusão de mulheres migrantes é, como já foi referido, um processo complexo. A sua situação é marcada pela interseção de diversas categorias socialmente construídas que interagem entre si e que acentuam vários fatores de discriminação como a 'raça', a 'etnia', a 'classe' ou a 'nacionalidade' (Neves, 2022) e também a questão da religião. É nesta perspetiva que podemos afirmar que a ideia de interseccionalidade permite refletir sobre situações em que vários eixos de diferenciação estão envolvidos para identificar o que se torna invisível quando essas categorias são analisadas separadamente (Crenshaw, 1989). De acordo com Neves (2022), a "abordagem interseccional nos estudos de migração deu origem a novas áreas de pesquisa e evidenciou a importância das diferenças intragrupo", o que

permite perceber a heterogeneidade das mulheres imigrantes e, simultaneamente, permite uma melhor compreensão da sua situação. Os diferentes eixos de subordinação de poder que marcam as vivências de diferentes mulheres acabam por as colocar em diferentes situações de (des)vantagens. Como refere Brown (1992) “nem todas as mulheres têm o mesmo género” (p. 300), e isto assume particular relevância na análise da situação das mulheres imigrantes.

Assim, a abordagem interseccional e inclusiva é fundamental para compreender a sobreposição de discriminações múltiplas, como por exemplo as decorrentes da idade, da etnia, da raça, da classe social, da orientação sexual, da identidade de género ou da diversidade funcional, entre outras. Deste modo, a conceitualização inerente à análise da feminização das migrações pressupõe uma abordagem metodológica que permita, a partir do seu ponto de vista e pela sua voz, compreender a especificidade das mulheres e das suas vivências, os desafios que enfrentam e as estratégias que mobilizam para os ultrapassar.

O estudo de caso que se apresenta neste artigo é de uma mulher cabo-verdiana. E, neste sentido, importa referir que a comunidade cabo-verdiana representa 7% da população estrangeira em Portugal, e que a taxa de feminização da imigração com esta origem é de 52,7%, de acordo com os dados apresentados pelo Observatório da Migrações no seu Relatório Estatístico Anual de 2021 (Oliveira, 2021).

A presença da comunidade de origem cabo-verdiana em Portugal é, contudo, muito maior do que é expressa nestes números. Quando se foca a atenção na análise dos processos migratórios, é importante perceber que os dados estatísticos disponíveis apenas permitem uma aproximação ao fenómeno. Uma vez que “o principal critério para estimar a dimensão da população imigrante e as suas características é o da nacionalidade dos indivíduos” (Oliveira, 2021, p. 10). A aplicação deste critério pode levar a que sejam considerados os estrangeiros como imigrantes quando na verdade não o são. Este aspeto é particularmente relevante quando são estimados os imigrantes com origem nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e, por consequência, os provenientes de Cabo Verde ou seus descendentes. Por alterações na Lei da Nacionalidade, muitos cidadãos e cidadãs têm nacionalidade estrangeira tendo nascido em Portugal e não tendo por isso experiência migratória, mas também muitos cidadãos imigrantes, pelo facto de terem adquirido nacionalidade portuguesa, passam a não ser contabilizados nos dados da população estrangeira sendo invisibilizada a sua experiência de vida transnacional. A dificuldade de estimar a dimensão da comunidade de imigrantes cabo-verdianos é descrita por vários autores como Góis (2006), Machado (2009) e Neves (2022).

O movimento migratório, em Portugal, teve uma primeira fase, nos anos 70, que assentou, principalmente, em dois fatores. Um primeiro relacionado com a descolonização e um segundo com a lei da nacionalidade. Daqui resultou uma maior visibilidade das comunidades provenientes de Países Africanos de Língua Oficial

Portuguesa. (Baganha, Marques, Góis, 2009). A comunidade cabo-verdiana, em Portugal, reside sobretudo na área Metropolitana de Lisboa, constitui uma das primeiras comunidades de imigrantes em Portugal (Neves, 2022) e conta já com três gerações (entre imigrantes e seus descendentes). Salienta-se também que muitas mulheres cabo-verdianas vêm para Portugal para prolongarem os seus estudos, ao abrigo de protocolos de cooperação internacional, verificando-se claramente a procura otimista de oportunidades educativas para si próprias e também para os seus filhos e filhas. Não obstante esta realidade, continuam a verificar-se desigualdades no acesso ao trabalho, como se ilustra na citação seguinte:

the working conditions of most of these women and the associated precariousness are directly influenced by the discrimination they suffer since the stereotype created about the African woman can determine the professional activities they perform: even though they look for other spaces of social life in equal circumstances, they continue to be confronted with barriers that limit their opportunities (Neves, 2022, pp. 3-4)

De acordo com esta breve análise da comunidade cabo-verdiana em Portugal, podemos afirmar que, embora a sua permanência seja longa, e que muitos dos seus descendentes já tenham nascido com nacionalidade portuguesa, a verdade é que ainda enfrentam desafios relevantes ao seu processo de inclusão social. Neste sentido importa também analisar as questões da identidade e do sentido de pertença.

O entendimento que apresentamos sobre o sentimento de pertença pressupõem uma visão multidimensional e dinâmica do “sentir pertencer” a um local ou a uma comunidade. A conceitualização do “sentir pertencer” complexifica-se quando se tem em conta a experiência de vida de migrantes e neste caso, mais especificamente, de mulheres imigrantes. Quando pensamos em comunidades de imigrantes de longa permanência esta questão não se refere apenas ao sentir pertencer ao local onde se está, mas também a todo um património cultural do país de origem (ou do país da família de origem) que se faz presente no próprio país de acolhimento. Nestas circunstâncias o sentimento de pertença é por vezes múltiplo e partilhado. Múltiplo porque se experiência ser de mais do que um local ou referencial cultural. Partilhado por ser coconstruído entre as diferentes gerações da mesma comunidade e por ser coconstruído na diversidade cultural, através de processos de socialização muito marcados pela cultura do país de acolhimento (como a escola, o trabalho, entre outros).

A questão da identidade está fortemente relacionada com este sentimento de pertença e com a narrativa que cada um/uma vai construindo para dar sentido à sua vida. E nestes processos identitários o papel do género é fundamental, ainda que não se possa “considerar que o género opera sozinho como factor constituinte da identidade, [...] podemos entender que o género é um factor aglutinador de sujeitos em torno de um determinado repertório de comportamentos, possibilidades e



oportunidades, num determinado contexto social e cultural” (Bergano, 2012, pp. 26-27). E que desta forma participa nas oportunidades (ou limites) que as mulheres imigrantes experienciam ao longo das suas vidas. O conceito de pertença nas suas múltiplas dimensões, também deve ser analisado na perspetiva de género, sendo “fundamental para que possam compreender as diferenças existentes no que diz respeito ao acesso aos recursos, aos serviços e aos direitos e consequências dessas diferenças para os processos de adaptação ou de exclusão” (Neves, Nogueira, Topa, & Silva, 2016, p. 730).

Abordar um caso de uma mulher imigrante e de origem africana salienta ainda a importância de conceitualizar as questões da identidade a partir de um conjunto de referentes que se articulam entre si. Neste sentido, Boris e Janssens (2004) afirmam que “raça, género e classe social podem ser conceptualizadas como sistemas de dominação ou sistemas de desigualdade, mas também como identidades culturais” (p. 6) e que, por isso mesmo, é fundamental o questionamento acerca da forma como estes sistemas de diferença se relacionam entre si.

Conscientes de que as questões da identidade são complexas e dinâmicas, a sua análise nas comunidades imigrantes “exige que se compreendam os padrões e mecanismos de inclusão e de exclusão que fazem com que sempre que se forme um nós, se fechem as portas para um eles” (Bergano, 2012, p. 83). Ou seja, que a narrativa que se vai construindo sobre quem se é se faz por identificação com quem é interpretado como próximo e semelhante e por oposição a quem é interpretado como diferente. Nesta relação entre o Eu e o Outro, na construção da identidade é imprescindível compreender os mecanismos, as disputas e as relações de poder no âmbito em que se dividem os semelhantes dos diferentes, os nós dos outros. E perceber que, em determinadas situações esta identificação se processa em relação a elementos da cultura de origem e, em outras situações com elementos da cultura de acolhimento.

Na análise da identidade é fundamental a ideia de movimento que pressupõe a possibilidade de cada pessoa ter a possibilidade de expressar a sua identidade de forma diversa em função da sua situação (definida pelo contexto e pela sua história de vida) e também pelas suas relações com os outros, o que confere à identidade não apenas um carácter dinâmico, mas também um carácter múltiplo, o que nos orienta para a utilização do conceito identidades, no plural. Este aspeto ganha uma extraordinária relevância nas vivências marcadas pela diversidade cultural.

## **Diseño metodológico**

---

A relação entre Estudos sobre as Mulheres, de Género e Feministas (EMGF) e a investigação de cariz qualitativo está amplamente descrita na bibliografia (e.g., Olesen 2005; Denzin e Lincoln 2011; Mills e Birks 2014). Esta associação entre EMGF e Investigação qualitativa fundamenta-se na compreensão de que as metodologias

mais tradicionais (quantitativas) não contribuem para dar visibilidade às experiências de vida das mulheres e de outras categorias sociais que se constituem como grupos e pessoas individuais “sem voz”.

Na sequência desta relação entre EMGF e a investigação qualitativa e tendo em conta os objetivos definidos para esta investigação optou-se por desenvolver um estudo qualitativo de caráter descritivo e interpretativo, uma vez que se pretende reunir um conjunto de informação pertinente com a finalidade de a interpretarmos. Ou seja, como refere Stake (2007), “o investigador qualitativo enfatiza os episódios significativos, a sequencialidade dos acontecimentos em contexto, a realidade do indivíduo” (p. 12).

A opção metodológica de cariz qualitativo está também relacionada com uma das suas características fundamentais: o foco na experiência de vida, através de uma abordagem holística das questões, que permite descrever e interpretar a complexidade dos fenómenos sociais, tornando visível e respeitando a unicidade das pessoas e grupos a partir dos quais, e com os quais, se constrói o conhecimento (Bergano & Vieira, 2016), o que configura um argumento epistemológico e por consequência metodológico, mas também um argumento axiológico e ético.

De acordo com Amaro (2010) a investigação qualitativa consiste numa pesquisa sistemática, sustentada em princípios teóricos, que tem como objetivo obter junto dos participantes na investigação a informação e a compreensão (o sentido) de certos comportamentos, emoções, modos de ser, de estar e de pensar. Para terminar a justificação metodológica é relevante salientar que a investigação qualitativa pressupõe uma aproximação a uma interpretação do conhecimento científico como um saber que se pretende mais democrático e transformador (Bergano & Vieira, 2020), no sentido em que dar voz a uma mulher imigrante permite compreender as suas dificuldades, desafios, lutas e conquistas. E, ainda, contribui para a visibilidade desta mulher (e de outras em circunstâncias e contextos próximos) e identificando aspetos que podem ser melhorados nos seus processos de inclusão. O conhecimento construído a partir deste posicionamento epistemológico resulta de um processo coconstruído.

Do ponto de vista do design de investigação, optou-se por desenvolver um estudo de caso. Na senda do desenvolvimento e afirmação dos estudos de caso no domínio das ciências sociais e, mais especificamente das ciências da educação “reconhece se o contributo dos estudos de caso para a construção do conhecimento contextualizado” (Amado & Freire, 2017, p. 125), Esta valorização das idiosincrasias dos ‘objeto` de estudo justificam “que um estudo de caso consiga captar a complexidade de um caso único” (Stake, 2007, p. 11), relegando para segundo plano as intenções de generalização e sublinhando a importância de olhar para os fenómenos sociais de uma forma holística.

Para a recolha de dados recorreu-se à entrevista semiestruturada (construída pela equipa da Universidade de Pablo de Olavide, coordenadora científica do Projeto VIW), atendendo a que atualmente, as tendências da utilização da entrevista abandonam os modelos mais estruturados uma vez que estes são incompatíveis com a conceção de entrevista como situação de interação. A perspetiva da entrevista como interação permite que a linha do diálogo estabelecido entre quem entrevista e quem é entrevistado/a seja suficientemente flexível para valorizar, na interação, elementos não previstos no guião da entrevista e estimular a exploração destas dimensões como um aspeto positivo nestes modelos e processos de investigação. Nesta perspetiva, quem é entrevistado participa ativamente na produção de conhecimento, no sentido em que partilha com os/as investigadores/as o seu saber e a sua interpretação sobre a sua vida e sobre as circunstâncias socioculturais em que se encontra. A participação na investigação obedeceu a uma rigorosa observação dos princípios éticos: a participante foi informada sobre os objetivos do estudo, sobre os mecanismos e processos que garantiram a anonimização da sua participação e ainda sobre a utilização dos dados recolhidos no âmbito do projeto. Depois de explicados estes procedimentos foi enviado um termo de consentimento informado que a participante assinou e devolveu à equipa de investigação, depois deste procedimento a entrevista foi agendada e realizada. Os dados foram, posteriormente, sujeitos à análise de conteúdo, o que permitiu uma perceção das respostas e uma seleção das principais ideias emergentes do discurso, uma vez que “é consensual a aceitação de que estamos diante de um processo adequado à análise de dados qualitativos, em que o investigador quer aprender e apreender algo a partir do que os participantes da investigação lhe confiam” (Amado, 2000, p. 61). Assim, emergiram as categorias e subcategorias, ou seja, depois de “espartilhar os textos nas unidades de sentido que se considerarem pertinentes em função das características do material a estudar, dos objetivos do estudo” (Amado, Costa & Crusoé, 2017, p.315). Neste artigo enfatizamos os seguintes aspetos: (i) a evolução desde a sua chegada à situação atual com a identificação de um “ponto de viragem”; (ii) a identidade e sentido de pertença; (iii) os objetivos e motivação de vida”; e (iv) o ser mulher cabo-verdiana na comunidade portuguesa. Apresentam-se de seguida os resultados mais relevantes para cada uma destas situações..

## Resultados

### ***História de vida de uma mulher portuguesa afrodescendente***

Os resultados obtidos neste trabalho são apresentados em quatro domínios analíticos principais referido anteriormente.

*A evolução desde a sua chegada à situação atual com a identificação de um “ponto de viragem”*



O processo de migração desta mulher inicia-se nos anos 70. Nasce em São Tomé e Príncipe e com pouco mais de um ano vem para Portugal com os pais ainda antes do processo de independência das colónias portuguesas em África. Os pais da participante nasceram em Cabo Verde e foram trabalhar para São Tomé e Príncipe numa roça de café. A sua nacionalidade é cabo-verdiana ainda que nunca tenha estado em Cabo Verde. Este percurso ilustra de uma forma paradigmática a complexidade dos percursos migratórios característicos da comunidade cabo-verdiana em Portugal (cf. Góis, 2006, Machado, 2009). E de algum modo possibilita refletir e questionar a matriz histórica, política e social que marca a vivência desta comunidade.

A participante tem 47 anos de idade, cresceu em Portugal, numa família de poucos recursos, os seus progenitores não tiveram acesso a educação escolar, ainda que o seu pai tenha aprendido a assinar o nome e a ler ainda que de forma rudimentar. Ela frequentou a escola até ao 12.º ano de escolaridade, que não chegou a completar. O seu abandono escolar deveu-se a uma gravidez não planeada que a conduziu à decisão de começar a trabalhar. Começou a trabalhar aos 19 anos. Trabalha na área das limpezas, começou a sua vida profissional nos serviços de limpezas de uma empresa de autocarros internacionais, depois mudou para uma empresa de prestação de serviços nessa área. Atualmente, trabalha como empregada doméstica na casa de uma família. Também o percurso profissional desta mulher é semelhante ao descrito em outros estudos na comunidade cabo-verdiana (Neves, 2022). O seu caminho também revela a estratificação laboral a que a mulher imigrante está sujeita. As condições de trabalho são mais vulneráveis e, habitualmente, auferem baixos salários (Abrantes, 2012).

Teve (e tem) amigos e amigas portugueses e de origem africana (com nacionalidade portuguesa e de outras nacionalidades). Viveu sempre na zona metropolitana de Lisboa, tal como os seus familiares residentes em Portugal. Alguns deles vivem em bairros sociais (maioritariamente com moradores de origem africana) e outros que, tal como ela e a sua família nuclear, residem no que a própria designou como “bairros mistos”, ou seja, bairros com moradores de origem africana e portugueses. De acordo com a sua perspetiva, o facto de residir nestes “bairros mistos” permitiu-lhe crescer entre as duas culturas o que, segundo ela, facilita o processo de inclusão e permite a manutenção de laços com a cultura de origem.

Tem sete filhos, o mais velho tem atualmente 28 anos e o mais novo 18. Uma viragem na sua vida dá-se quando o seu marido saiu de casa, deixando-a com a responsabilidade de sustentar a família, educar e acompanhar os filhos, o mais novo tinha 6 meses. Face a esta adversidade, esta mulher, com o apoio da sua família alargada (pais e irmãos) conseguiu sempre conciliar as suas responsabilidades familiares com as profissionais e nunca deixou de trabalhar, ainda que fosse mudando de trabalho para melhor ajustar a atividade profissional ao cuidado dos filhos e ao seu acompanhamento na escola. Recorreu ainda ao Apoio Social Escolar

e a outras transferências sociais como o Abono de Família e ao Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores. Como sempre, todos os elementos da família coabitam. Neste momento, os filhos mais velhos, que já trabalham, contribuem financeiramente para apoiar a educação dos irmãos mais novos.

No que diz respeito à nacionalidade, os cinco filhos mais novos desta mulher têm nacionalidade portuguesa originária, um dos mais velhos tem nacionalidade portuguesa adquirida e o outro está a tratar do processo, o que acaba por ilustrar as alterações na Lei da Nacionalidade e o facto de pessoas em circunstâncias familiares semelhantes estarem em posição diferente face aos processos de regularização por terem nascido com poucos anos de diferença. De facto, as alterações de que foi objeto a Lei da Nacionalidade, em 2020, no que concerne o processo de naturalização reforça o processo de integração conducente, depois, ao sentimento e identidade que a participante referiu sentir. As alterações legislativas do processo de naturalização, para estrangeiros, implicam que seja reconhecida do seguinte modo: quem nasça em Portugal e tenha pais estrangeiros, que não estejam ao serviço do respetivo Estado e que, no momento do nascimento, residam em Portugal, há pelo menos um ano; tenha, pelo menos, um/a avô/avó de nacionalidade portuguesa originária e que não tenha perdido essa nacionalidade, ao mesmo tempo que deve declarar que quer ser português e que tem laços de efetiva ligação à comunidade nacional; tenha menos de dezoito anos e tenha sido acolhido numa instituição pública, cooperativa, social ou privada com acordo de cooperação com o Estado, no contexto de uma medida de promoção e proteção definitiva; seja estrangeiro e resida em Portugal há, pelo menos, 5 anos, com filhos nascidos em Portugal; seja menor, filho de estrangeiros e tenha nascido em Portugal, situação que exige que, pelo menos, um dos pais tenha residido em Portugal, há pelo menos 5 anos; tenha nascido nas ex-colónias e que, a 25 de abril de 1974, residiam em Portugal há menos de 5 anos, desde que, após a perda da nacionalidade portuguesa, não tenham estado ao serviço do respetivo Estado e tenham permanecido e permaneçam em Portugal, independentemente do título.

No entanto, trata-se de um processo que não se encontra desprovido de dificuldades de natureza burocrática, nomeadamente, nos custos associados ao processo. Atualmente os custos associados à aquisição da cidadania portuguesa por naturalização, referentes a maior, é de €275,00. Adiante-se que o MIPEX 2020, que mede as políticas de integração de migrantes em 56 países, coloca Portugal no top ten (obteve a classificação de 81) avaliando-se que, no geral, as medidas políticas de integração são muito favoráveis. Os indicadores avaliados dizem respeito aos direitos fundamentais, à igualdade de oportunidade, à segurança, à integração global, ao reconhecimento expresso da igualdade, à integração temporária e à recusa da integração. As áreas pontuadas em 2019 dizem respeito aos setores da saúde, mobilidade no mercado de trabalho, antidiscriminação, acesso à nacionalidade, residência permanente, participação política, educação e reagrupamento familiar. A classificação mais alta é de 100 quanto a políticas e medidas antidiscriminação sendo

a mais baixa de 65, no campo da saúde. O relatório MIPeX deixa recomendações de melhoramento das áreas mais sensíveis. Em particular promover a formação dos agentes dos serviços públicos de forma a melhorar o acesso e a qualidade dos serviços, considerar o acesso à educação no pré-escolar para os imigrantes com baixo rendimento, fomentar a diversidade cultural, em concreto, nas escolas promovendo o diálogo com as famílias e sensibilizar os serviços de saúde e seus agentes no sentido de atuarem com rigor na prestação e acesso aos cuidados de saúde.

### *Identidade e sentido de pertença*

Esta mulher identifica-se com a cultura portuguesa ainda que considere importante manter ligação com a comunidade cabo-verdiana em Portugal, sobretudo através da sua mãe e da sua tia. Reconhece que como cresceu em Portugal é muito marcada pela cultura portuguesa. Sobre os seus filhos refere que as suas referências fundamentais são da cultura portuguesa.

A ligação a Cabo Verde é interpretada como uma referência da sua cultura familiar, a gastronomia típica, e algumas manifestações culturais aparecem associadas aos elementos mais velhos da família (alargada). No entanto, verifica-se a valorização desta dimensão através do associativismo e da participação em eventos culturais promovidos pela Embaixada de Cabo Verde em Portugal, um outro aspeto referido é a participação regular nos processos eleitorais de Cabo Verde. Como se observa as questões da identidade apontam para um sentimento de pertencer ao país de acolhimento, que é o país dos seus filhos, e de ter uma identidade que é também cabo-verdiana, por referência ao país e à cultura dos seus pais.

### *Objetivos e motivação de vida*

Os principais objetivos desta mulher estão relacionados com a educação dos filhos, o querer que todos os seus filhos tenham acesso a educação superior. Para tal, recorreu às medidas públicas de promoção do acesso à educação como por exemplo o Apoio Social Escolar e também a medidas locais de combate ao insucesso e abandono escolar nomeadamente o acesso a programas e projetos como a Orquestra Geração. Fez sempre questão que os seus filhos tivessem acesso às medidas e programas disponíveis e foi vigilante em relação à qualidade das ofertas escolares que lhe foram sendo propostas.

Assinala que o seu envolvimento com a escola dos filhos permitiu que se constituísse como uma referência na comunidade junto das crianças e jovens de origem africana e suas famílias, e também na restante comunidade educativa. Valoriza a educação como estratégia de inclusão. Porém, apresenta algumas críticas ao processo educativo, nomeadamente a alguns programas de combate ao

insucesso escolar de imigrantes e minorias que, de acordo com o seu ponto de vista, limitam as escolhas e oportunidades que muitos jovens terão no futuro.

Durante o processo de comprovação de rendimentos para aceder aos apoios sociais escolares para as crianças e face à necessidade de comprovar que o pai das crianças não contribuía e para o rendimento da família foi acionado o processo de regulação do poder e responsabilidades parentais. Em consequência, o progenitor das crianças foi localizado e decretada a sua incapacidade financeira para prestar apoio à família. Neste seguimento foi decidida a atribuição de um apoio de 100 euros por criança até que completassem 18 anos a ser suportado pelo Estado português. A partir desta altura a família alcançou alguma estabilidade financeira que, de acordo com a participante, permitiu o investimento na educação dos seus filhos e filhas.

Salienta-se que esta mulher interpreta a sua situação de “entre duas culturas” e os seus esforços para que os seus filhos tivessem as melhores oportunidades educativas. Sublinha as dificuldades de inclusão de comunidades que vivem em bairros culturalmente homogéneos (e não hegemónicos). No seu ponto de vista o facto de ser estrangeira não lhe tem parecido um fator de discriminação, no entanto, refere a cor da pele como um elemento que ainda limita oportunidades sobretudo de trabalho, o que de resto é referido por outras investigações (Neves, 2022) com imigrantes africanos e seus descendentes em Portugal.

#### *Ser mulher cabo-verdiana na comunidade portuguesa*

No que diz respeito ao papel da mulher na sociedade e na família considera que a cultura africana (no geral) relega a mulher para a esfera privada e desvaloriza o seu papel social, revela uma preocupação pela promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e afirma que esta perspetiva esteve presente na educação dos seus filhos e filhas. Sobre este aspeto indica ainda que a valorização da figura masculina está muito presente também nas comunidades de origem africana que vivem em bairros mais fechados sobre a própria comunidade.

Relativamente à participação cívica desta mulher na comunidade portuguesa, destaca-se o seu comprometimento com uma Associação de Promoção e Educação de música de orquestra, da qual faz parte dos órgãos sociais, o seu envolvimento com as atividades promovidas pelo Agrupamento de Escolas da sua área de residência e da sua participação nos processos eleitorais relativos ao poder local. É sócia de uma Associação de mulheres cabo-verdianas e vice-presidente de um dos órgãos sociais de uma associação de educação e divulgação de música de orquestra. A inclusão desta família na comunidade em que reside é evidente, não só pelos seus percursos de sucesso, mas também pela sua participação ativa na própria comunidade, contribuindo para o desenvolvimento e apoio de iniciativas e movimentos associativos que se revelaram importantes para o seu percurso pessoal

e que podem ser mobilizadores de oportunidades para outras pessoas na comunidade.

## Considerações finais

---

Portugal apresenta, hoje em dia, um quadro legal reforçado na questão de integração e inclusão dos imigrantes. Através do caso de estudo apresentado é possível verificar que a inclusão continua a ser um processo assistido de enorme complexidade. Os diferentes atores da esfera pública não estão articulados e carecem de um modo de operação e cooperação comum que apresente soluções para as diversas realidades culturais (Góis, 2019) O caso analisado descreve uma narrativa assente numa resiliência individual e apoiada pela família alargada desta mulher. Dado que o seu principal objetivo foi um investimento expresso e sistemático no percurso escolar dos filhos, com o propósito que todos obtivessem um curso superior, procurou encontrar mecanismos de apoios sociais financeiros reforçados pela longa jornada de trabalho diária para a subsistência da sua família. Relativamente a este aspeto destaca-se a importância dada por esta mulher à educação como um importante fator de inclusão e mobilidade social, ainda que esteja presente a convicção de que nem todas as medidas públicas de promoção do acesso escolar a imigrantes e seus descendentes tenham, necessariamente, um efeito promotor de sucesso académico a longo prazo. Esta consideração alerta para a necessidade de analisar, em investigações futuras, os percursos académicos dos descendentes de imigrantes.

No seu discurso torna-se evidente que a escola contribuiu para ter alcançado os seus objetivos pessoais, salienta-se que o seu percurso escolar foi mais longo do que o da escolaridade obrigatória para a sua idade. De acordo com a participante o prolongamento dos seus estudos para além da escolaridade obrigatória pode estar relacionado com o facto de ter crescido e criado os seus filhos num “bairro misto” o que, de acordo com o seu ponto de vista, constituiu um fator facilitador da inclusão da sua família na sociedade portuguesa e sobretudo um fator que justifica o sucesso escolar de todos os seus filhos.

Os percursos escolares dos filhos desta mulher são exemplares sendo que dois deles são mestres, uma está a fazer o mestrado, outra terminou a licenciatura e irá no próximo ano letivo fazer a candidatura a mestrado, dois estudam música e o mais novo está a concluir o 12.º ano e vai candidatar-se ao concurso nacional de acesso ao ensino superior. Face a esta situação, é importante sublinhar a relevância pedagógica da partilha de casos de sucesso de famílias imigrantes. A sua visibilidade científica é muito importante na medida em que permite identificar as políticas públicas, os programas e as intervenções que têm eficácia e que possibilitam o acesso à educação, à formação, ao mercado de trabalho e à efetiva participação



cívica e política das comunidades migrantes. No sentido de promover a sua agência e também de, a partir dela, contribuir para a construção de uma sociedade mais justa.

Destaca-se também o testemunho de resiliência para trabalhar e organizar a vida profissional e familiar de modo a garantir o sustento da família e simultaneamente a orientação educativa dos filhos. À medida que os filhos foram crescendo e que começaram a trabalhar passaram a contribuir também para a educação dos irmãos e para os recursos da família, o que revela uma outra dimensão do sucesso educativo protagonizado por esta mulher na sua família, a do desenvolvimento de uma ética do cuidado e do apoio familiar.

## Referências

- Abrantes, M. (2012). A densidade da sombra: trabalho doméstico, género e imigração. *Sociologia, problemas e práticas*, 70, pp. 91-110
- Amado, J., & Freire, I. (2017). Estudo de caso na investigação em educação. In J. Amado (Coord.). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação*, 123-146. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Amado, J., Costa, A. P., & Crusoé, N. (2017). A técnica da análise de conteúdo. In J. Amado (Coord.). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação*, 303-352. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Amado, J. (2000). A técnica de análise de conteúdo. *Revista Referência*, 5, 53-63.
- Baganha, M. I., Marques, J. C. & Góis, P. (2009). Imigrantes em Portugal: uma síntese histórica. *LerHistória*, 56, 123-133.  
<https://journals.openedition.org/lerhistoria/1979>
- Bergano, S. (2012). *Ser e tornar-se Mulher: Educação, geração e identidade de género*. Dissertação de Doutoramento em Ciências da Educação, especialização em Educação Permanente e Formação de Adultos, apresentada à Universidade de Coimbra.
- Bergano, S., & Vieira, C. C. (2016). Dar Visibilidade Científica a Assuntos na Sombra: Contribuições Mútuas entre os Estudos de Género e a Investigação Qualitativa. *Atas CIAIQ2016 - Investigação Qualitativa em Ciências Sociais /Investigación Cualitativa en Ciencias Sociales*, 3, 508-518.  
<https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2016/article/view/995/971>
- Bergano, S., & Vieira, C. C. (2020). Do pessoal ao político: as metodologias de investigação qualitativa como aliadas da ação. *Ex aequo*, n.º 41, 15-25.  
<https://doi.org/10.22355/exaequo.2020.41.01>
- Boris, E., & Janssens, A. (2004). Complicating categories: an introduction. In E. Boris & A. Janssens (Eds.). *Complicating Categories: Gender, Class, Race and Ethnicity* (pp.1-13). Press Syndicate of the University of Cambridge.
- Brown, E. B. (1992), What has happened here: The Politics of Difference in Women's History and Feminist Politics, *Feminist Studies*, 18, 295–312.

- Crenshaw, K. (1989). Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *University of Chicago Legal Forum*. Vol. 1989: Iss. 1, Article 8. <http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>
- Denzin, N., & Lincoln, Y. (2011). Introduction: the discipline and practice of qualitative Research. In N. Denzin & Y. Lincoln (Eds.). *The Sage Handbook of Qualitative Research* (4.<sup>a</sup> ed.) (pp. 1-19). Sage Publications.
- Góis, P. (2019). *Common home. Migration and development in Portugal. Moving further with practices: towards social inclusion and social cohesion*. Caritas Portuguesa.
- Góis, P. (2006). *Emigração cabo-verdiana para (e na) Europa e a sua inserção em mercados de trabalho locais. Lisboa, Milão, Roterdão*. Observatório da Imigração, ACIME, vol. 5.
- Machado, F. (2009). Quarenta anos de imigração africana: Um balanço. *Ler história*, 56: 135–65.
- Mills, J., & Birks, M. (2014) Introducing Qualitative Research. In J. Mills & M. Birks (Eds.) *Qualitative Methodology: a practical guide* (pp. 3-15). Sage Publications.
- MIPEX2020 (2020). *Migrant Integration Policy Index 2020*. disponível em <https://www.mipex.eu/portugal>
- Huddleston, T., Niessen, J., Chaoimh, E., & White, E. (2011). *Migrant Integration Policy Index III*. British Council and Migration Policy Group.
- Miranda, J. (2009). *Mulheres imigrantes em Portugal: memórias, dificuldades de integração e projetos de vida*. Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.
- Neves, A. S., Nogueira, M. C., Topa, J. & Silva, E. (2016). Mulheres imigrantes em Portugal: uma análise de gênero. *Estudos de Psicologia (Campinas)* [online], v. 33, n. 04, 723-733. <https://doi.org/10.1590/1982-02752016000400015>
- Neves, J. (2022). Becoming a Migrant Mother: An Intersectional Approach to the Narratives of Cape Verdean Women in Portugal. *Social Sciences*, 11(2), 55. <https://doi.org/10.3390/socsci11020055>
- Olesen, V. (2005). Early Millennial Feminist Qualitative Research: Challenges and Contours. In N. Denzin e Y. Lincoln (Eds.). *The Sage Handbook of Qualitative Research* (3.<sup>a</sup> ed.) (pp. 235-278). Sage Publications.
- Oliveira, C. (2021). *Indicadores de Integração de Imigrantes – Relatório Estatístico Anual 2021*. Alto-Comissariado para as Migrações (ACM, IP)
- Oliveira, C. R. (2020). *Indicadores de integração de imigrantes: relatório estatístico anual 2020*. Alto-Comissariado para as Migrações.
- Stake, R. E. (2007). *A arte da investigação com estudos de caso*. Fundação Calouste Gulbenkian.

